

04

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

MINISTÉRIO
DA
SAÚDE



4.1 Balanço Financeiro – Todos os Orçamentos

Exercício 2020 – Período Anual – Valores em milhares de reais – Emissão: 29/01/2021

INGRESSOS		
ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
Receitas Orçamentárias	2.044.616,04	3.460.404,45
Ordinárias	-	-
Vinculadas	2.130.115,92	3.577.690,73
Seguridade Social (Exceto Previdência)	1.052.330,09	2.138.757,73
Previdência Social (RPPS)	-	-
Alienação de Bens e Direitos	899,67	1.660,67
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	1.070.378,52	1.437.272,26
Outros Recursos Vinculados	6.507,63	-
Recursos a Classificar	-	0,08
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-85.499,88	-117.286,28
Transferências Financeiras Recebidas	170.506.909,28	134.969.277,68
Resultantes da Execução Orçamentária	162.725.566,55	125.528.927,63
Cota Recebida	162.725.566,55	125.528.927,63
Independentes da Execução Orçamentária	7.781.342,73	9.440.350,05
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	7.734.778,05	9.425.745,05
Demais Transferências Recebidas	46.564,68	14.605,00
Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	15.198.556,85	13.520.591,04
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	2.972.937,96	2.117.726,42
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	10.893.393,15	9.495.221,42
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	903.392,80	1.328.368,35
Outros Recebimentos Extraorçamentários	428.832,94	579.274,86
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	0,30	0,47
Arrecadação de Outra Unidade	428.766,97	567.077,78
Valores para Compensação	65,67	-
Demais Recebimentos	-	12.196,61
Saldo do Exercício Anterior	2.749.846,06	2.483.990,35
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.749.846,06	2.483.990,35
TOTAL	190.499.928,23	154.434.263,53

DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
Despesas Orçamentárias	171.638.533,10	132.983.038,88
Ordinárias	13.641.595,09	21.260.150,74
Vinculadas	157.996.938,01	111.722.888,14
Educação	90,18	99,31
Seguridade Social (Exceto Previdência)	131.462.557,73	101.327.303,31
Previdência Social (RPPS)	3.094.697,37	2.382.987,81
Receitas Financeiras	-	7.016.188,85
Dívida Pública	21.324.023,96	-
Alienação de Bens e Direitos	1.359,24	283,69
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	970.267,99	996.025,17
Outros Recursos Vinculados	1.143.941,55	-
Transferências Financeiras Concedidas	5.060.040,75	6.283.860,13
Resultantes da Execução Orçamentária	2.829.596,73	2.693.025,49
Repasse Concedido	2.616.495,43	2.582.099,36
Cota Devolvida	213.101,30	110.926,13
Independentes da Execução Orçamentária	2.230.444,02	3.590.834,64
Movimento de Saldos Patrimoniais	2.230.444,02	3.590.834,64
Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-
Pagamentos Extraorçamentários	11.669.288,33	12.417.518,46
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	2.489.333,28	1.846.730,12
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	8.290.299,84	9.279.599,80
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	886.536,79	1.291.133,97
Outros Pagamentos Extraorçamentários	3.118,41	54,56
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	14,61	46,99
Valores Compensados	-	7,57
Demais Pagamentos	3.103,80	-
Saldo para o Exercício Seguinte	2.132.066,06	2.749.846,06
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.132.066,06	2.749.846,06
TOTAL	190.499.928,23	154.434.263,53

4.2 Balanço Orçamentário – Todos os Orçamentos

Exercício 2020 – Período Anual – Valores em milhares de reais – Emissão: 29/01/2021

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	3.006.575,05	3.006.575,05	2.043.720,99	-962.854,06
Receitas Tributárias	418.381,00	418.381,00	416.680,81	-1.700,18
Impostos	-	-	-	-
Taxas	418.381,00	418.381,00	416.680,81	-1.700,18
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	6.113,08	6.113,08	4.854,90	-1.258,18
Contribuições Sociais	6.113,08	6.113,08	4.854,90	-1.258,18
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	778.310,93	778.310,93	35.843,11	-742.467,82
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	1.616,53	1.616,53	1.368,61	-247,92
Valores Mobiliários	42.046,66	42.046,66	28.796,72	-13.249,94
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	728.347,65	728.347,65	-	-728.347,65
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	6.300,10	6.300,10	4.975,35	-1.324,75
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	702,43	702,43
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	274,53	274,53	352,66	78,13
Receitas de Serviços	16.167,28	16.167,28	5.196,84	-10.970,44
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	1.252,00	1.252,00	5.135,27	3.883,27
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	14.915,28	14.915,28	61,57	-14.853,71
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	3.941,44	3.941,44	1.404,95	-2.536,49
Outras Receitas Correntes	1.783.386,79	1.783.386,79	1.579.387,70	-203.999,09
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	491.826,48	491.826,48	364.534,19	-127.292,29
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	1.289.521,02	1.289.521,02	1.050.313,29	-239.207,74
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	5.578,97	5.578,97
Demais Receitas Correntes	2.039,29	2.039,29	158.961,25	156.921,97

4.2 Balanço Orçamentário – Todos os Orçamentos

Exercício 2020 – Período Anual – Valores em milhares de reais – Emissão: 29/01/2021

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS DE CAPITAL	4.236.088,37	4.236.088,37	895,05	-4.235.193,32
Operações de Crédito	4.235.280,02	4.235.280,02	-	-4.235.280,02
Operações de Crédito Internas	4.235.280,02	4.235.280,02	-	-4.235.280,02
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	808,35	808,35	895,05	86,71
Alienação de Bens Móveis	808,35	808,35	895,05	86,71
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	7.242.663,42	7.242.663,42	2.044.616,04	-5.198.047,38
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	7.242.663,42	7.242.663,42	2.044.616,04	-5.198.047,38
DEFICIT			169.593.917,06	169.593.917,06
TOTAL	7.242.663,42	7.242.663,42	171.638.533,10	164.395.869,68
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS COM SUPERAVIT FINANCEIRO	-	38.385.444,51	38.385.444,51	-
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS COM EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	-	18.330.273,32	18.330.273,32	-

4.2 Balanço Orçamentário – Todos os Orçamentos

Exercício 2020 – Período Anual – Valores em milhares de reais – Emissão: 29/01/2021

DESPESA						
DESPEAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPEAS EMPENHADAS	DESPEAS LIQUIDADAS	DESPEAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPEAS CORRENTES	134.358.534,41	191.674.596,82	166.080.575,28	157.469.964,08	154.571.422,86	25.594.021,54
Pessoal e Encargos Sociais	18.475.734,50	19.413.762,06	19.027.286,86	18.718.310,28	17.530.663,24	386.475,20
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	115.882.799,92	172.260.834,76	147.053.288,42	138.751.653,80	137.040.759,62	25.207.546,34
DESPEAS DE CAPITAL	4.348.994,90	6.166.474,69	5.557.957,82	3.275.175,87	3.200.779,13	608.516,87
Investimentos	4.343.464,02	6.160.946,35	5.555.054,19	3.272.800,07	3.198.403,33	605.892,16
Inversões Financeiras	5.530,88	5.528,34	2.903,63	2.375,80	2.375,80	2.624,71
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	252.249,82	252.249,82	-	-	-	252.249,82
SUBTOTAL DAS DESPEAS	138.959.779,13	198.093.321,33	171.638.533,10	160.745.139,95	157.772.201,99	26.454.788,23
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	138.959.779,13	198.093.321,33	171.638.533,10	160.745.139,95	157.772.201,99	26.454.788,23
TOTAL	138.959.779,13	198.093.321,33	171.638.533,10	160.745.139,95	157.772.201,99	26.454.788,23

4.2 Balanço Orçamentário – Todos os Orçamentos

Exercício 2020 – Período Anual – Valores em milhares de reais – Emissão: 29/01/2021

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	1.808.593,09	6.648.274,01	6.199.739,91	6.184.363,44	497.917,02	1.774.586,65
Pessoal e Encargos Sociais	-	51.724,27	1.839,23	1.839,23	30.563,09	19.321,95
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.808.593,09	6.596.549,75	6.197.900,69	6.182.524,21	467.353,93	1.755.264,69
DESPESAS DE CAPITAL	3.897.933,49	2.846.947,40	2.121.816,83	2.105.936,41	793.073,14	3.845.871,34
Investimentos	3.897.933,49	2.846.500,10	2.121.652,42	2.105.772,00	792.790,25	3.845.871,34
Inversões Financeiras	-	447,30	164,41	164,41	282,89	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	5.706.526,58	9.495.221,42	8.321.556,74	8.290.299,84	1.290.990,17	5.620.457,98

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	18.115,18	2.454.424,44	2.203.722,74	11.485,81	257.331,07
Pessoal e Encargos Sociais	-	1.233.609,39	1.233.577,46	26,38	5,55
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	18.115,18	1.220.815,05	970.145,28	11.459,43	257.325,52
DESPESAS DE CAPITAL	160.741,27	1.152.832,36	285.610,54	104.802,86	923.160,23
Investimentos	160.741,27	1.152.832,36	285.610,54	104.802,86	923.160,23
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	178.856,45	3.607.256,79	2.489.333,28	116.288,67	1.180.491,30

4.3 Balanço Patrimonial – Todos os Orçamentos

Exercício 2020 – Período Anual – Valores em milhares de reais – Emissão: 29/01/2021

ATIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
ATIVO CIRCULANTE	25.894.859,94	24.906.393,79
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.132.066,06	2.749.846,06
Créditos a Curto Prazo	11.864.594,23	41.900,10
Créditos Tributários a Receber	656,58	651,06
Cientes	35.221,87	23.732,41
Dívida Ativa Não Tributária	-	17.726,94
Demais Créditos e Valores	11.868.350,64	-
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Curto Prazo	-39.634,86	-210,31
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	-	11.741.528,07
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-
Estoques	11.896.632,63	10.371.496,83
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	1.567,01	1.622,73
ATIVO NÃO CIRCULANTE	10.490.914,17	9.397.341,63
Ativo Realizável a Longo Prazo	1.626.469,44	1.404.531,52
Créditos a Longo Prazo	1.626.469,44	48.685,20
Créditos Tributários a Receber	4,17	4,05
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	12.797,36	20.760,03
Dívida Ativa Tributária	192.190,98	191.070,11
Dívida Ativa Não Tributária	4.284.557,15	3.891.196,56
Demais Créditos e Valores	1.603.863,57	-
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo	-4.466.943,77	-4.054.345,55
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	-	1.355.846,32
Estoques	-	-
Investimentos	5.564,72	5.411,22
Participações Permanentes	5.564,72	5.411,22
Participações Avaliadas p/ Método da Equivalência Patrimonial	5.564,72	5.283,94
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	-	2.160,37
(-) Red. ao Valor Recuperável de Participações Permanentes	-	-2.033,10
Propriedades para Investimento	-	-
Propriedades para Investimento	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-
Imobilizado	8.626.816,40	7.785.559,36
Bens Móveis	3.056.807,66	2.938.459,62
Bens Móveis	4.189.497,33	3.943.130,51
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-1.132.689,67	-1.004.670,89
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-
Bens Imóveis	5.570.008,74	4.847.099,74
Bens Imóveis	5.765.775,91	5.036.829,37
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-195.767,17	-189.729,63
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-
Intangível	232.063,61	201.839,53
Softwares	189.976,96	162.338,21
Softwares	356.541,44	317.627,22
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-166.564,48	-155.289,01
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	41.194,67	38.609,34
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	42.243,96	39.658,64
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-1.049,29	-1.049,29
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-
Direitos de Uso de Imóveis	891,98	891,98
Direitos de Uso de Imóveis	891,98	891,98
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-
Diferido	-	-
TOTAL DO ATIVO	36.385.774,11	34.303.735,42

PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
PASSIVO CIRCULANTE	16.102.218,73	15.919.736,87
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	1.422.195,18	1.332.591,98
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	536.114,49	488.952,07
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Obrigações de Repartição a Outros Entes	1.073.036,34	335.021,42
Provisões a Curto Prazo	425.581,89	446.723,79
Demais Obrigações a Curto Prazo	12.645.290,84	13.316.447,60
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	436.159,52	465.073,31
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	13.081,55	16.264,96
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Provisões a Longo Prazo	418.089,54	442.027,06
Demais Obrigações a Longo Prazo	4.988,43	6.781,29
Resultado Diferido	-	-
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	16.538.378,25	16.384.810,18

PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
Patrimônio Social e Capital Social	119.806,82	81.089,73
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	61.142,92	38.717,09
Reservas de Capital	-	1.548,28
Ajustes de Avaliação Patrimonial	44.041,68	44.973,27
Reservas de Lucros	-	-
Demais Reservas	30.321,80	30.706,27
Resultados Acumulados	19.592.082,63	17.721.890,59
Resultado do Exercício	2.360.157,37	-929.433,34
Resultados de Exercícios Anteriores	17.764.940,76	16.292.895,91
Ajustes de Exercícios Anteriores	-533.015,50	2.358.428,01
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19.847.395,85	17.918.925,24
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	36.385.774,10	34.303.735,42

4.3 Balanço Patrimonial – Todos os Orçamentos

Exercício 2020 – Período Anual – Valores em milhares de reais – Emissão: 29/01/2021

Quadro de Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

ATIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
ATIVO FINANCEIRO	2.134.742,35	2.752.608,45
ATIVO PERMANENTE	34.251.031,75	31.551.126,97

PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
PASSIVO FINANCEIRO	20.779.982,28	19.084.402,26
PASSIVO PERMANENTE	11.933.238,82	12.095.640,80
SALDO PATRIMONIAL	3.672.553,01	3.123.692,35

Quadro de Compensações

ATIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	5.544.772,72	5.098.093,16
Atos Potenciais Ativos	5.544.772,72	5.098.093,16
Garantias e Contragarantias Recebidas	2.622.712,46	2.374.934,37
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	2.921.977,91	2.722.348,58
Direitos Contratuais	82,35	810,21
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-
TOTAL	5.544.772,72	5.098.093,16

PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	63.298.383,19	59.247.821,81
Atos Potenciais Passivos	63.298.383,19	59.247.821,81
Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	15.653.653,73	14.413.442,97
Obrigações Contratuais	47.644.729,46	44.834.378,84
Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	63.298.383,19	59.247.821,81

Demonstrativo do Superavit/Deficit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-5.262.760,83
Recursos Vinculados	-13.382.479,10
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-11.375.065,70
Previdência Social (RPPS)	-182,54
Dívida Pública	-1.953.737,09
Alienação de Bens e Direitos	1.998,38
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	-55.492,15
TOTAL	-18.645.239,93

4.4 Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Todos os Orçamentos

Exercício 2020 – Período Anual – Valores em milhares de reais – Emissão: 29/01/2021

	2020	2019
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	895.715,17	1.349.390,46
INGRESSOS	168.822.814,96	134.052.189,67
Receita Tributária	416.680,81	437.817,34
Receita de Contribuições	4.854,90	2.808,89
Receita Patrimonial	7.046,39	3.490,36
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	352,66	265,53
Receita de Serviços	5.196,84	9.367,86
Remuneração das Disponibilidades	28.796,72	39.744,10
Outras Receitas Derivadas e Originárias	1.579.387,70	2.964.182,32
Transferências Recebidas	1.404,95	1.452,99
Intergovernamentais	1.335,37	1.342,93
Dos estados e/ou Distrito Federal	1.335,37	1.342,93
Dos municípios	-	-
Intragovernamentais	64,41	110,06
Outras Transferências Recebidas	5,17	-
Outros Ingressos Operacionais	166.779.093,97	130.593.060,29
Ingressos Extraorçamentários	903.392,80	1.328.368,35
Transferências Financeiras Recebidas	165.446.868,53	128.685.417,55
Arrecadação de Outra Unidade	428.766,97	567.077,78
Valores para Compensação	65,67	-
Demais Recebimentos	-	12.196,61
DESEMBOLSOS	-167.927.099,79	-132.702.799,21
Pessoal e Demais Despesas	-47.569.469,07	-44.340.989,49
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-352,26	-385,87
Administração	-66.513,72	-389,25
Defesa Nacional	-317,00	-466,96
Segurança Pública	-	-68,87
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-10.451.987,75	-10.038.303,78

4.4 Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Todos os Orçamentos

Exercício 2020 – Período Anual – Valores em milhares de reais – Emissão: 29/01/2021

	2020	2019
Saúde	-37.019.937,64	-34.208.827,40
Trabalho	-	-
Educação	-6.701,38	-4.637,72
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-90,60	-5.006,05
Urbanismo	-605,49	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-17,30	-173,32
Ciência e Tecnologia	-701,41	-653,96
Agricultura	-334,25	-
Organização Agrária	-184,41	-422,10
Indústria	-28,61	-68,29
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-4,30	-18,22
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-21.693,25	-81.568,16
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	0,30	0,47
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-119.467.975,52	-87.070.621,18
Intergovernamentais	-113.524.845,24	-82.969.829,47
A estados e/ou Distrito Federal	-29.119.519,15	-20.895.785,80
A municípios	-84.405.326,09	-62.074.043,66
Intragovernamentais	-1.733.630,65	-1.879.136,46
Outras Transferências Concedidas	-4.209.499,63	-2.221.655,26

4.4 Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Todos os Orçamentos

Exercício 2020 – Período Anual – Valores em milhares de reais – Emissão: 29/01/2021

	2020	2019
Outros Desembolsos Operacionais	-889.655,20	-1.291.188,53
Dispêndios Extraorçamentários	-886.536,99	-1.291.133,97
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-14,61	-46,99
Transferências Financeiras Concedidas	-	-
Valores Compensados	-	-7,57
Demais Pagamentos	-3.103,80	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-1.513.495,17	-1.083.638,20
INGRESSOS	895,05	1.171,62
Alienação de Bens	895,05	1.171,62
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-1.514.390,23	-1.084.809,82
Aquisição de Ativo Não Circulante	-1.454.274,35	-1.030.922,69
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-2.540,21	-2.333,30
Outros Desembolsos de Investimentos	-57.575,66	-51.553,83
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	103,45
INGRESSOS	-	103,45
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	103,45
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-617.780,00	265.855,71
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	2.749.846,06	2.483.990,35
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	2.132.066,06	2.749.846,06

4.5 Demonstrações das Variações Patrimoniais – Todos os Orçamentos

Exercício 2020 – Período Anual – Valores em milhares de reais – Emissão: 29/01/2021

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2020	2019
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	175.302.736,12	136.137.418,01
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	575.462,83	610.488,98
Impostos	305,04	470,11
Taxas	575.157,79	610.018,87
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	17.430,73	22.464,68
Venda de Mercadorias	103,33	208,38
Vendas de Produtos	397,25	265,53
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	16.930,16	21.990,77
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	38.652,43	51.893,12
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	2.306,01	3.434,44
Variações Monetárias e Cambiais	7.673,64	8.379,99
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	28.672,79	40.078,69
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	165.925.598,21	128.825.622,89
Transferências Intragovernamentais	165.383.490,00	128.658.627,62
Transferências Intergovernamentais	1.399,78	1.556,44
Transferências das Instituições Privadas	38.780,11	17.686,69
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	0,56	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	501.927,76	147.752,15

4.5 Demonstrações das Variações Patrimoniais – Todos os Orçamentos

Exercício 2020 – Período Anual – Valores em milhares de reais – Emissão: 29/01/2021

VARIações PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2020	2019
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	6.154.880,67	2.413.759,10
Reavaliação de Ativos	312.182,51	23.890,82
Ganhos com Alienação	365,85	551,10
Ganhos com Incorporação de Ativos	5.726.965,71	2.201.540,14
Ganhos com Desincorporação de Passivos	115.366,61	187.777,04
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	2.590.711,25	4.213.189,24
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	0,13
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	74.774,89	91.317,33
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	2.515.936,36	4.121.871,78
VARIações PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	172.900.844,65	137.105.554,56
Pessoal e Encargos	8.960.579,82	9.855.345,76
Remuneração a Pessoal	7.190.847,10	7.757.776,65
Encargos Patronais	1.337.050,19	1.353.968,91
Benefícios a Pessoal	427.236,97	739.049,73
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	5.445,56	4.550,47
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	10.741.815,96	10.201.586,93
Aposentadorias e Reformas	7.732.950,17	7.421.665,24
Pensões	2.743.965,05	2.742.730,62
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	264.900,73	37.191,06
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	25.233.366,80	21.546.598,48
Uso de Material de Consumo	17.396.951,88	15.919.482,33
Serviços	7.655.432,59	5.385.557,49
Depreciação, Amortização e Exaustão	180.982,33	241.558,67

4.5 Demonstrações das Variações Patrimoniais – Todos os Orçamentos

Exercício 2020 – Período Anual – Valores em milhares de reais – Emissão: 29/01/2021

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	2020	2019	
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	1.777,86	4.458,94	
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-	
Juros e Encargos de Mora	123,64	1.012,32	
Variações Monetárias e Cambiais	659,30	1.340,85	
Descontos Financeiros Concedidos	994,92	2.105,77	
Aportes ao Banco Central	-	-	
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-	
Transferências e Delegações Concedidas	118.817.423,73	86.892.114,76	
Transferências Intragovernamentais	-	-	
Transferências Intergovernamentais	116.990.681,66	86.311.113,54	
Transferências a Instituições Privadas	64.505,92	14.511,02	
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-	
Transferências a Consórcios Públicos	-	-	
Transferências ao Exterior	858.104,53	26.500,58	
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-	
Outras Transferências e Delegações Concedidas	904.131,62	539.989,63	
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	572.311,08	560.522,57	
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	439.421,72	331.948,17	
Perdas com Alienação	3.635,84	5.067,09	
Perdas Involuntárias	22.260,86	26.634,32	
Incorporação de Passivos	258,53	2.598,35	
Desincorporação de Ativos	106.734,13	194.274,64	
Tributárias	506.346,73	592.893,71	
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	549,99	457,25	
Contribuições	505.796,74	592.436,47	
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	1.930.983,57	1.772.377,09	
Custo das Mercadorias Vendidas	218.023,66	77.140,95	
Custos dos Produtos Vendidos	1.712.959,91	1.695.236,14	
Custo dos Serviços Prestados	-	-	

4.5 Demonstrações das Variações Patrimoniais – Todos os Orçamentos

Exercício 2020 – Período Anual – Valores em milhares de reais – Emissão: 29/01/2021

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2020	2019
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	6.136.239,10	5.679.656,31
Premiações	1,92	0,64
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	3.629.827,04	3.258.015,12
Subvenções Econômicas	2.373.326,87	2.164.196,06
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	28.432,39	101.234,31
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	104.650,88	156.210,17
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	2.401.891,48	-968.136,55



4.6 Notas Explicativas

Ministério da Saúde (Órgão Superior)

1. Informações Gerais

O Ministério da Saúde, criado no dia 25 de julho de 1953 pela Lei nº 1.920, é o órgão do Poder Executivo Federal responsável pela organização e elaboração de planos e políticas públicas voltadas para a promoção, prevenção e assistência à saúde dos brasileiros mediante a integração e a construção de parcerias com os órgãos federais, as unidades da Federação, os municípios, a iniciativa privada e a sociedade, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e para o exercício da cidadania, com sua sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco G – Brasília/DF – CEP 70.058-900.

O Decreto nº 9.795/2019 estabeleceu o novo Regimento Interno do Ministério da Saúde.

Órgãos Colegiados

O Ministério da Saúde conta ainda com os seguintes órgãos colegiados: o Conselho Nacional de Saúde, o Conselho de Saúde Suplementar e a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias. São órgãos permanentes e deliberativos sobre temas relacionados à saúde, que reúnem representantes do Governo, dos prestadores de serviços de saúde, dos profissionais de saúde e dos usuários do SUS.

Órgãos Vinculados

- > Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)
- > Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS)
- > Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobrás)
- > Fundo Nacional de Saúde (FNS)
- > Fundação Nacional de Saúde (Funasa)
- > Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)
- > Grupo Hospitalar Conceição (GHC)

Órgãos específicos singulares do Ministério da Saúde

- > Secretaria de Atenção Primária à Saúde (SAPS)
- > Secretaria de Atenção Especializada à Saúde (SAES)
- > Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)
- > Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (SCTIE)
- > Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI)
- > Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES)
- > Secretaria Executiva (SE)

2. Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis do Ministério da Saúde (MS) foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP- 8ª edição) e o Manual Siafi, ambos da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), órgão central do Sistema de Contabilidade Federal.

As Demonstrações Contábeis foram levantadas a partir das informações do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e consolidam a execução orçamentária, financeira e patrimonial das Unidades Gestoras (UG) do Ministério da Saúde.

3. Políticas Contábeis

As rotinas e os procedimentos contábeis adotados observam as legislações vigentes, em especial a Lei nº 4.320/1964, que estipula normas gerais para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), o Decreto nº 93.872/1986 e suas atualizações, que consolidam a legislação sobre execução orçamentária e financeira e respectivos registros contábeis e a Lei nº 10.180/2001.

A seguir são apresentados esclarecimentos sobre as práticas adotadas nas contas relacionadas abaixo, tendo por base as normas contábeis e a classificação concebida pelo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). São também apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do Ministério da Saúde, tendo em consideração as opções e premissas do modelo da contabilidade aplicada ao setor público.

Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras – A moeda funcional é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

Caixa e equivalentes de caixa – Incluem conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Conta única – derivada do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), é mantida no BACEN e acolhe todas as disponibilidades financeiras da União, inclusive

dos fundos, das fundações, das autarquias e das empresas estatais dependentes. Ela é subdividida em Conta Única recursos Tesouro Nacional, Conta Única recursos Previdenciários e Conta Única recursos Dívida Pública.

Demais créditos e valores a curto prazo – Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) adiantamentos concedidos e (ii) créditos por dano ao patrimônio. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescidos das atualizações monetárias e juros. Os créditos a receber são atualizados com base na variação da taxa Selic. É constituído também ajuste para perdas, considerando a natureza, o prazo de vencimento e o histórico de sucesso das cobranças administrativas realizadas.

Estoques – Compreendem as mercadorias para revenda, almoxarifado e outros estoques. São avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) na entrada, pelo custo de aquisição ou produção; e (ii) na saída, pelo custo médio ponderado. Não se constitui ajuste para perda de estoques, tendo em vista que os tipos de materiais estocados e os controles existentes tornam as perdas, quando ocorrem, insignificantes.

Imobilizado – O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Gastos posteriores à aquisição, construção ou produção – são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não geram tais benefícios, são reconhecidos como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor inicial é resultante da avaliação com base no valor patrimonial definido nos termos da doação, ou seja, pelo valor justo na data da aquisição.

Depreciação de bens móveis – A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação para os bens móveis é o das quotas constantes. Como regra geral, a depreciação dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

Vida útil e valor residual – foram considerados segundo critérios definidos pela Secretaria do Tesouro Nacional, na Macrofunção 02.03.30, conforme tabela a seguir:

CONTA CONTÁBIL	VIDA ÚTIL (ANOS)	VALOR RESIDUAL
Aparelhos de medição e orientação	15	10%
Aparelhos e equipamentos de comunicação	10	20%
Equipamentos/utensílios médicos, odontológicos, laboratoriais e hospitalares	15	20%
Equipamento de proteção, segurança e socorro	10	10%
Máquinas e equipamentos industriais	20	10%
Máquinas e equipamentos energéticos	10	10%
Máquinas e equipamentos gráficos	15	10%
Máquinas, ferramentas e utensílios de oficina	10	10%
Máquinas e utensílios agropecuários/rodoviários	10	10%
Equipamentos hidráulicos e elétricos	10	10%
Máquinas, utensílios e equipamentos diversos	10	10%
Equipamentos de processamento de dados	5	10%
Aparelhos e utensílios domésticos	10	10%
Máquinas e utensílios de escritório	10	10%
Mobiliário em geral	10	10%
Coleções e materiais bibliográficos	10	0%
Instrumentos musicais e artísticos	20	10%
Equipamentos para áudio, vídeo e foto	10	10%
Veículos em geral	15	10%
Veículos de tração mecânica	15	10%
Armamentos	20	15%
Peças não incorporáveis a imóveis	10	10%

Fonte: Manual Siafi – Macrofunção 02.03.30.

Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet – As informações da depreciação dos bens imóveis são apuradas pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União (SPIUnet), que é gerido pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU), nos termos da Portaria Conjunta MF/MPOG nº 703, de 10 de dezembro de 2014. O valor depreciado é de responsabilidade daquela SPU, sendo apurado mensalmente e lançado automaticamente pelo SPIUnet.

Para fins contábeis, após mensuração e lançamento nos sistemas corporativos da SPU, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais são:

I – atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação;

II – reavaliados, aqueles nos quais:

- > seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU;
- > houver alteração de área construída, independentemente do valor investido;
- > seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoroamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle, expressa na seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2$$

Onde: Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

Para fins da depreciação, a vida útil é definida com base no laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do novo valor. O valor residual é estabelecido pela STN e comunicado à SPU.

Intangível – O ativo intangível é formado exclusivamente pelos softwares adquiridos, mensurados com base no valor de aquisição, deduzida a respectiva amortização acumulada. As aquisições de licenças de uso de software que não possuem prazo contratual, ou seja, sem vida útil definida, não foram amortizados de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 04 (R2) – Ativo Intangível, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Para os softwares com vida útil definida, a amortização é calculada observando-se a vigência contratual e se dá de acordo com o Manual Siafi, Macrofunção 02.03.30.

Reavaliação – Quanto aos bens imóveis, em abril/2018, foi efetuada a reavaliação dos bens pelo Serviço de Documentação e Administração de Imóveis – SEAIM/SPATR, utilizando-se como base o Custo Unitário Básico de Construção (CUB/m²) divulgado pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sinduscon-DF).

Passivos circulantes e não circulantes – As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) fornecedores e contas a pagar; e (iii) demais obrigações.

Resultado Patrimonial – A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) – são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção refere-se às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com a contabilidade aplicada ao setor público.

Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) – são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção refere-se às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

Resultado Orçamentário – O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

Resultado Financeiro – O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União. No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

4. Detalhamento de Itens dos Demonstrativos

BALANÇO PATRIMONIAL – BP

TÍTULO: ATIVO CIRCULANTE – ESTOQUES

Compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades. A variação positiva ocorreu, principalmente, no Departamento de Logística em Saúde e decorre do incremento na conta Estoque para Distribuição. Vide tabela comparativa abaixo:

Tabela - Estoques

DETALHAMENTO	31/12/2020	31/12/2019	AH %
Mercadoria para Revenda	123.338.826	69.470.443	
Produtos e Serviços Acabados	93.930.388	60.701.487	
Produto e Serviços em Elaboração	351.324.437	608.708.589	
Matérias-Primas	112.564.953	83.441.379	
Material em Trânsito	74.507	1.074	
Almoxarifado	981.902.189	1.150.483.530	
Estoque para a Distribuição	10.053.505.144	74.252.186	
Outros Estoques	1.716.640.445	8.324.437.146	
Total	11.896.632.630	10.371.496.834	14,71

Fonte: SIAFI, 2020 e 2019.

A variação percentual positiva de 14,71% na conta contábil dos Estoques no Ministério da Saúde ocorreu: no Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos (Bio-Manguinhos) na produção dos Produtos e Serviços Imunobiológicos (Vacinas, kits para diagnóstico, biofármacos, reativos, insumos etc), bem como no Departamento de Logística em Saúde (DLOG), por meio de investimentos em estabelecimentos depositários – Os Armazéns Gerais –, locais aonde receber, armazenar, reembalar, etiquetar, conferir, guardar e conservar produtos/mercadorias. Essas variações também ocorreram em virtude dos estoques internos de materiais de consumo em geral, de acondicionamentos e embalagem de medicamentos, de almoxarifado e materiais em trânsito, dentre outros estoques diversos.

TÍTULO: ATIVO NÃO CIRCULANTE – CRÉDITOS A LONGO PRAZO

Neste grupo de contas trata-se dos créditos, valores correspondentes à falta de documentação comprobatória da execução da despesa, inclusive as apresentações dos recibos, notas fiscais, documentos para as devidas prestações de contas, bem como a inadimplência na comprovação de instrumentos de transferência ou ainda irregularidade na documentação apurada, com a imputação de responsabilidade (quando for instaurada tomada de contas especiais – TCE).

Tabela – Ativo Realizável de Longo Prazo – Créditos a Longo Prazo

DETALHAMENTO	31/12/2020	31/12/2019	AH %
Crédito a Longo Prazo	36.756.723	48.685.201	
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	1.589.712.717	1.355.846.319	
Total	1.626.469.440	1.404.531.521	16,00

Fonte: SIAFI, 2020 e 2019.

O aumento significativo de 16,0%, em contrapartida ao mesmo período do exercício anterior, foi decorrente do aumento da subconta denominada de Demais Créditos e Valores de Longo Prazo, ou seja, são recursos/créditos aos quais o Ministério da Saúde tem direitos a receber de seus clientes, fornecedores, credores que não comprovaram ou não restaram contas por fato e/ou irregular comprovação da produção, prestação dos serviços oferecidos a esta pasta ministerial.

TÍTULO: ATIVO NÃO CIRCULANTE – IMOBILIZADO

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Na administração pública direta federal, especificamente, o Ministério da Saúde – MS, os bens imóveis são classificados em bens de uso especial e bens dominiais ou dominicais.

Bens de uso especial – são aqueles destinados ao serviço ou estabelecimento da Administração Pública, inclusive os de suas autarquias e fundações públicas. Exemplos: terrenos, glebas, imóveis residenciais, quartéis, fortes, hospitais, escolas, museus, dentre outros.

Bens dominicais ou dominiais – são aqueles que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público como objeto de direito pessoal ou real. Não dispendo a lei em contrário, compreende também os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado, como apartamentos, armazéns, casas, glebas, terrenos, lojas, bens destinados à reforma agrária, dentre outros.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não geram tais benefícios, são reconhecidos como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor inicial é resultante da avaliação com base no valor patrimonial definido nos termos da doação.

Os bens imóveis, tanto o de uso especial quanto os bens dominiais da pasta do Ministério da Saúde, são avaliados pelo valor de aquisição, produção ou construção, enquanto adquirido por meio de uma transação sem contraprestação (ex: doação), como é o caso de terrenos recebidos por um particular sem pagamento ou com pagamento simbólico, para possibilitar ao governo local, por exemplo, desenvolver estacionamentos, estradas etc., seu custo deve ser mensurado pelo seu valor justo na data da aquisição.

Tabela - Bens Móveis e Imóveis

DETALHAMENTO	31/12/20	31/12/19	AH %
Bens Móveis	4.189.498.332	3.943.130.511	
(-) Depreciação/Amortização Acumulada (móveis)	-1.132.689.670	-1.004.670.894	
(=) Valor Contábil Líquido dos Móveis	3.056.808.662	2.938.459.617	
Bens Imóveis	5.765.775.908	5.036.829.370	
(-) Depreciação/Amortização Acumulada (imóveis)	-195.767.168	-189.729.632	
(=) Valor Contábil Líquido dos Imóveis	5.570.008.740	4.847.099.738	
Total do Imobilizado	8.626.817.402	7.785.559.356	10,81

Fonte: SIAFI, 2020 e 2019.

O aumento significativo na Classe do Imobilizado do Ministério da Saúde de 10,81%, em contrapartida ao mesmo período do exercício anterior, foi decorrente do aumento de aquisição de bens móveis dos seguintes itens: máquinas, aparelhos e equipamentos de medições e orientações, equipamentos médicos, odontológicos, bem como móveis e utensílios, aquisição de veículos, embarcações, aeronaves, das peças e de manutenções em gerais.

Os aumentos positivos dos bens imóveis foi em decorrência das aquisições e conservações dos edifícios, imóveis residenciais, dos terrenos, das glebas, dos armazéns/galpões em geral, dos aeroportos, das estações, dos aeródromos, das represas, açudes, parques recreativos, hospitais, laboratórios, fábricas e complexos industriais, dentre outros imóveis pertencentes à Administração Pública Federal.

TÍTULO: PASSIVO CIRCULANTE - OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS DE CURTO PRAZO

Compreende as obrigações referentes aos salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenham direito: aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações com vencimento no curto prazo. Também compreendem os respectivos encargos previdenciários.

Ao final do 4º trimestre de 2020, o grupo apresentou saldo de R\$ 1.422.195.178,50, sendo a maior parte decorrente de lançamento de apropriação de férias a pagar, em atendimento à legislação em vigor, especialmente à Macrofunção 021142 – FOLHA DE PAGAMENTO, do Manual SIAFI.

Tabela - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assist. a Pagar a Curto Prazo

DETALHAMENTO	31/12/2020	31/12/2019	AH %
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias	1.422.195.179	1.332.591.983	
Total	1.422.195.179	1.332.591.983	6,72

Fonte: SIAFI, 2020 e 2019.

TÍTULO: PASSIVO CIRCULANTE – OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTOS ENTES

Essa conta registra os valores arrecadados de impostos e outras receitas a serem repartidas aos estados, Distrito Federal e municípios. Compreendem os saldos que serão excluídos nos Demonstrativos Consolidados do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) de entes públicos e estados, Distritos Federal e municípios, bem como dos resultantes das transferências entre o ente e um município.

Em 31/12/2020, o Ministério da Saúde apresentou saldo de R\$ 1.073.036.337,74 nesse grupo, conforme se observa no detalhamento apresentado na tabela abaixo:

Tabela – Obrigação de Repartição a Outros entes Federados

DETALHAMENTO	31/12/2020	31/12/2019	AH %
Ministério da Saúde - União	1.073.036.338	0	
Orig. de Repartição outros entes - Estadual	0	15.100.000	
Orig. de Repartição outros entes - Municipal	0	319.921.423	
Obrigações de Repartição a Outros	1.073.036.338	335.021.423	220,29

Fonte: SIAFI, 2020 e 2019.

O aumento expressivo de 220,3% nesta conta, em contrapartida ao mesmo período do exercício anterior, foi em virtude da não repartição dos valores arrecadados de impostos e outras receitas, que estão na posse do Ministério da Saúde, e dos quais serão repartidas entre os entes – estados, Distrito Federal e municípios, conforme consta no mandamento constitucional, art. 158 e incisos da CF/1988.

TÍTULO: PL – RESULTADOS ACUMULADOS

Compreende o saldo remanescente, os superávits ou déficits acumulados, do Ministério da Saúde. A variação deve-se ao processo automático SIAFI/STN da abertura e encerramento de exercício, pois o saldo da subconta Superávit do Exercício, no encerramento do exercício, é incorporado na subconta Superávits de Exercícios Anteriores na abertura do novo exercício.

Tabela – Resultado Acumulado do PL

DETALHAMENTO	31/12/2020	31/12/2019	AH %
Resultado do Patrimonial do Exercício	2.401.891.478	-968.136.548	
Resultado do Exercício Anteriores	17.723.206.652	16.331.599.125	
Ajuste de Exercícios Anteriores	-533.015.502	2.358.428.013	
Outros Resultados	0	0	
Total	19.592.082.628	17.721.890.589	10,55%

Fonte: SIAFI, 2020 e 2019.

O Resultado Patrimonial do Exercício é a diferença entre as variações patrimoniais aumentativas – VPA e diminutivas – VPD, apurada na Demonstração das Variações Patrimoniais, no período, que evidencia o desempenho das entidades do setor público.

Caso o total das VPA sejam superiores ao total das VPD, diz-se que o resultado patrimonial foi superavitário ou que houve um superávit patrimonial. Caso contrário, diz-se que o resultado patrimonial foi deficitário ou que houve um déficit patrimonial.

Portanto, a variação positiva de 10,55% no Balanço Patrimonial em 31/12/2020 do Ministério da Saúde foi em virtude de a variação patrimonial aumentativa ser superior à variação patrimonial diminutiva no encerramento de 2020.

TÓPICO: DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**TÍTULO: COMPOSIÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS:**

As Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. Essas variações são classificadas na contabilidade pública como se fossem as receitas no âmbito da contabilidade mercantil.

As Transferência e Delegações Recebidas são o somatório das variações patrimoniais aumentativas com transferências intergovernamentais, transferências intragovernamentais, transferências de ins-

tuições multigovernamentais, transferências de instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferências de convênios e transferências do exterior.

Na Pasta da Saúde a rubrica Transferências e Delegações Recebidas apresenta uma variação positiva de 23,84%, que corresponde a R\$ 74.167.380.258, em relação ao exercício anterior. Essa variação é decorrente das transferências intergovernamentais, ou seja, da execução financeira INTRA OFSS, que compreende o valor das transferências financeiras recebidas em virtude da descentralização financeira do Governo Federal (cota, repasse e sub-repasse).

As Transferências Intragovernamentais Recebidas podem ser: Resultantes da Execução Orçamentária – compostas, em grande parte, pelas rubricas: a) cota; b) repasse; e c) sub-repasse, e Independente Execução Orçamentária.

Nas Incorporações de Ativos, a variação negativa de 26,48% ocorreu sobretudo na subconta “Ganhos com Incorporações de Ativos” que registra a contrapartida da incorporação de outros novos ativos.

A referida variação ocorreu principalmente no Fundo Nacional de Saúde, sendo contrapartida do direito registrado na conta Adiantamento – Termo de Execução Descentralizada. O lançamento na referida conta deve-se à alteração na rotina de TED, conforme mensagem Comunica Siafi nº 2019/0204238 encaminhada pela GESIS/CCONT/STN.

TÍTULO: COMPOSIÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

As Variações Patrimoniais Diminutivas – VPDs são os decréscimos no benefício econômico durante o período contábil, sob a forma de saída de recurso ou redução de ativo ou incremento em passivo, que resulte em decréscimo do patrimônio líquido. Dessa forma, são as despesas efetivas que alteram o resultado patrimonial da entidade.

A VPD apresenta uma variação positiva em relação ao mesmo período do exercício anterior na ordem de 19,71%. Os itens que apresentaram os maiores montantes de variação foram: Transferências e Delegações Concedidas, Uso de Bens Serviços e Consumo, Variação Patrimonial Diminutivas Financeira (pagamento a Agentes Financeiros), Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação (Baixa de Imóveis de Uso Especial) e Tributário, com redução de 14,60%, na arrecadação de impostos e contribuições, em relação ao exercício anterior.

As Transferências e Delegações Concedidas compreendem o somatório das variações patrimoniais diminutivas com transferências intergovernamentais, transferências intragovernamentais, transferências às instituições multigovernamentais, transferências a instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferências a convênios, transferências ao exterior e execuções orçamentárias delegadas. Esse item corresponde a 25,63% da DVP. Os maiores montantes de variações foram: nas Transferência intragovernamental e na transferência intergovernamental. Esses valores correspondem às

das subcontas: Transferências aos Estados/DF – Fundo a Fundo e Transferências a Municípios – Fundo a Fundo.

Ressalta-se que o grupo registra, praticamente, todas as transferências realizadas, incluindo as relativas às despesas com: vigilância em saúde; agentes de combate às endemias, ações de vigilância, prevenção e controle das DST/AIDS e hepatites virais; aquisição e distribuição do componente especializado da assistência farmacêutica; FAEC; coronavírus (COVID-19); atenção à saúde da população para procedimentos no MAC, entre outras.

O Uso de Bens e Consumo de Capital Fixo corresponde a um aumento de 17,11% na DVP. Os itens que apresentaram maiores montantes foram: “Uso de Material e Consumo”, para atendimentos dos materiais de estocagens, de softwares, combustíveis e lubrificantes, para materiais de processamentos, farmacológicos, hospitalares, para produções e consumos gratuitos e imediatos, dentre outros, em “Serviços”, foram para atendimento de serviços tanto de pessoa jurídica quanto pessoa física. Tal acréscimo no item “Uso de Bens e Consumo de Capital Fixo” justifica-se, em virtude da Lei nº 13.979, de fevereiro de 2020, que dispõe sobre medidas para enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2020.

Observa-se um decréscimo na comparação entre o mesmo período do exercício anterior nos itens relativos a Pessoal e Encargos, 9,8%, e um acréscimo em Benefícios Previdenciários e Assistenciais de 5,30%.

TÍTULO: COMPOSIÇÃO DO RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO

A apuração do Resultado Patrimonial do período implica confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). Esse valor apurado irá compor o Resultado Acumulado (saldo patrimonial) do Balanço Patrimonial (BP) do exercício.

A DVP demonstra as mutações ocorridas no patrimônio no exercício, isto é, evidencia as alterações nos bens, direitos e obrigações do órgão, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício, agregado ao Patrimônio Líquido no grupo de “Resultados Acumulados”, item Resultado do Exercício. Em suma, a DVP evidencia a contrapartida (aumentativa ou diminutiva) dos registros realizados no Balanço Patrimonial, que aumentam ou diminuem o patrimônio.

Em 2019, o MS apresentou um resultado patrimonial negativo. Já no encerramento do ano de 2020 essa variação foi positiva, R\$ 2.401.891.477 milhões, indicando aumento do patrimônio, devido, principalmente, ao aumento das Transferências e Delegações Concedidas e das reduções das seguintes rubricas: Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação (VPD) e Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras (VPD).

5. Declaração Anual do Contador

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas em 31 de dezembro de 2020, do Órgão 36000 - Ministério da Saúde - MS.

Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2020 e de suas Notas Explicativas e é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2020, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei nº 4.320/64, com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e com o Manual SIAFI, exceto quanto às restrições contábeis apresentadas na tabela abaixo:

RESTRICÕES	DESCRIÇÃO	UNIDADES
301	FALTA REMESSA MAPA GERENCIAL DÍVIDA ATIVA	ANS
302	FALTA E/OU ATRASO DE REMESSA DO RMA E RMB	MS, FIOCRUZ, FUNASA
315	FALTA/RESTRICÃO CONFORM. REGISTROS_GESTÃO	MS, FIOCRUZ, FUNASA, ANVISA
316	FALTA/ATRASO CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIAS	MS
318	NÃO ATEND. ORIENTAÇÃO ÓRGÃO CONT SET/CENTRAL	MS, ANVISA
319	FALTA REGISTRO DE RESTRICÃO/CONF. REGIS. GESTÃO	MS
550	FALTA DE RECONHECIMENTO DE PASSIVO	MS
603	SALDO CONTÁBIL DO ALMOX. NÃO CONFERE C/RMA	MS, FUNASA, ANVISA
604	FALTA DE ATUALIZ. DE ATIVOS CIRCULANTES	ANS
605	FALTA DE RECLASSIF. P/CP DE VALORES LP-ATIVOS	ANVISA, ANS
606	SLD ALONG/INDEV.CONTAS TRANS. AT.CIRCULANTE	MS, FIOCRUZ, ANVISA, GHC
609	SALDO CONTÁBIL ALMOX NÃO CONFERE C/CONTROLE	MS
615	FALTA DE ATUALIZ.VALORES ATIVO REALIZ.LP	ANS
616	OUTROS - ATIVO NÃO CIRCULANTE	MS
622	FALTA ATUALIZ. DÍVIDA ATIVA	ANVISA
624	FALTA ATUALIZ. PROVISÃO DÍVIDA ATIVA - LP	ANVISA
632	SLD ALONG/INDEV.CONTAS TRANS. AT.Ñ.CIR-IMOBIL	MS, FIOCRUZ, FUNASA, ANVISA
640	SD CONTAÁBIL BENS MÓVEIS NÃO CONFERE C/RMB	MS, FUNASA, ANVISA
642	FALTA/EVOLUÇÃO INCOMPATÍVEL DEP.AT.IMOBILIZ.	MS, FIOCRUZ, FUNASA, ANVISA
643	FALTA/EVOL.INCOMPATÍVEL AMORTIZ.AT.INTANGÍVEL	ANS
651	FALTA OU INCONSISTÊNCIA NO CONTRATO	MS
653	SLD.ALONG/INDEV.CONTAS CONTROLE	MS, FIOCRUZ, FUNASA, ANVISA

656	CONVÊNIOS A COMPROVAR COM DATA EXPIRADA	MS, FIOCRUZ, FUNASA
657	CONVÊNIOS A APROVAR COM DATA EXPIRADA	MS, FIOCRUZ, FUNASA
659	CONVÊNIOS A LIBERAR EXPIRADOS	MS, FIOCRUZ, FUNASA
660	CONTR. REPASSE A COMPROVAR COM DATA EXPIRADA	MS
661	CONTR. REPASSE A APROVAR COM DATA EXPIRADA	MS
662	CONTR. REPASSE A LIBERAR EXPIRADOS	MS
668	ACORDO COOP.TÉCNICA A COMPROVAR - DATA EXPIRA	MS, FUNASA, ANVISA
669	ACORDO COOP.TÉCNICA A APROVAR - DATA EXPIRADA	FUNASA
670	ACORDO COOP.TÉCNICA A LIBERAR - DATA EXPIRADA	MS, FUNASA
674	SLDS ALONG./INDEVI CONTAS TRANSIT.PAS. CIRCUL	MS, FUNASA
677	FALTA/ATRASO RETEN/RECOL.OBRG E TRIB.	FIOCRUZ, FUNASA, ANS
700	FALTA DE RECL/DEV.E BX/ANUL DE SUPRIM.FUNDO	FUNASA
703	ERRO NA CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	MS
705	FALTA COMPROVAÇÃO E PREST.CONTAS SUPR.FUNDOS	FUNASA
708	COMPROVAÇÃO DE SUPRIM. FORA DO PRAZO FIXADO	FUNASA
713	SLDOS ALONG/INDEV. CONTAS TRANS.DE RECEITAS	FUNASA
731	ERRO/INSUFICIÊNCIA DESCRIÇÃO CAMPO OBSERVAÇÃO	FUNASA, ANVISA
736	FALTA REGISTRO CONFORMIDADE CONTÁBIL	ANVISA
737	UTILIZAÇÃO INADEQUADA DE EVENTOS/SITUAÇÃO CPR	MS
773	TED A COMPROVAR COM DATA EXPIRADA	MS, ANVISA
775	TED A REPASSAR EXPIRADOS	MS, ANVISA
43 RESTRIÇÕES CONTÁBEIS		

Brasília, 29 de janeiro de 2021.

Rodrigo Lopes Ribeiro Torres

Contador, CRC nº: DF-024105/O-7

